

Joana d'Arc e a guerra dos cem anos

NATANAEL CORTEZ

Joana d'Arc é a expressão mais sublime do patriotismo franco-latino.

A glória mais pura da França medieval. A figura precípua da Guerra dos Cem Anos.

O seu nome aparece no último período da luta que começou em 1337 para só acabar em 1453.

A sucessão ao trono de França, após a morte de Carlos IV, determinou o rompimento da Guerra dos Cem Anos entre franceses e ingleses.

Carlos não deixara linhagem masculina. Conforme a lei sálica, o direito ao trono não se transmitia ao ramo feminino. Neste caso, a coroa passaria a um galho colateral dos Capetos, a Felipe de Valois.

Eduardo III, de Inglaterra, era filho de Isabel de França, filha de Felipe IV, e, portanto, da linhagem direta dos Capetos. Desprezando a lei sálica, Eduardo rompeu as hostilidades, disputando o trono francês aos Valois.

Os reis de Inglaterra tinham-se tornado vassallos dos de França desde a conquista do século XI. O casamento de Leonor de Aquitânia, divorciada de Luiz VII, com Henrique II, Plantageneta, levou à coroa inglesa consideráveis domínios de França.

Todos êsses antecedentes alegou Eduardo na defesa de sua pretensão ao trono francês.

Os ingleses ganharam as batalhas de Crecy e Poitiers, no primeiro período da luta. No segundo período, os franceses, chefiados pelo condestável Duque Guesclin, bateram os ingleses. No terceiro, os ingleses ganharam a batalha de Azincout e ficaram senhores de quase todo o norte da França.

Joana d'Arc aparece no cenário da Guerra dos Cem Anos no último período, ao tempo do Delfim, filho de Isabel da Baviera, que foi sagrado com o nome de Carlos VII.

Nascera a 6 de Janeiro de 1412, de humilde estirpe, na aldeia de Domremi, na Lorena, a chamada Donzela d'Orleães.

Era analfabeta e muito religiosa.

Mostram-se ainda perto de Domremi, na diocese de Toul, conforme refere Cesar Cantú, as ruínas do cemitério de Nossa Senhora de Vermout, sôbre uma colina cercada por antiga floresta de carvalhos. Era em tôda França objeto de devoção, e lugar consagrado outrora à celebração de ritos pagãos, pois a tradição liga-lhe estranhas narrações de aterradoras aparições, e de feitiçarias. Aí, à sombra de uma faia adrede ornada de fitas e grinaldas, como uma imagem, e denominada *árvore das fadas*, vinha o povo da vizinhança, na primavera, executar danças e cerimônias religiosas.

Joana d'Arc era assídua frequentadora dêsse retiro, onde lhe dissera sua madrinha ter visto as fadas formarem dansas. Todos os sábados acendia uma vela à imagem da Virgem no bosque vizinho, onde pastorava as ovelhas de seu pai.

«A sua imaginação vivamente agitada, acrescenta o citado historiador italiano, fez-lhe ver naquele sítio o arcanjo Miguel, santa Margarida e santa Catarina; também frequentemente ouvia vozes que a animavam a libertar o país dos invasores.»

Impelida durante sete anos, segundo o padre Rivaux, por essas visões extraordinárias, resolveu oferecer-se ao Delfim para libertar a França.

«E' difícil conceber hoje, escreve Lachatre, como a idea de salvar a França acudiu a uma rapariga simples e cândida, e a custo se acredita nos prodígios dessa heroína. Contudo, atendendo aquelas épocas de lutas e de combates contínuos, compreender-se-á que a paixão da guerra, que existia em todos os corações, pudesse exaltar uma imaginação ardente, alimentada por superstições religiosas, e transformar Joana em guerreira intrépida.»

Joana teve, a princípio, as suas pretensões visionárias combatidas pelo governador de Vaucouleurs, Roberto de Baudricourt, que, por fim, se deliberou a apresentá-la, em 1429, ao Delfim.

Carlos e os seus cortesãos não queriam acreditar na inspiração sobrenatural de Joana. Para a gente mais meticulosa da côrte, a aldeã era uma feiticeira. Mas Joana foi submetida a exame perante altas autoridades eclesiásticas, e declarada ortodoxa.

Prova mais humilhante foi a da sua honra. A rainha de Anjou procedeu ao exame e anunciou à côrte reunida que a jovem aldeã era «uma santa virgem».

Joana ganhara a primeira batalha.

Deram-lhe, a seu pedido, a espada de Carlos Martel e um estandarte branco com flôres de lís e oiro. Via-se neste a imagem de Cristo ladeada por dois anjos genuflexos, e, no inverso, a inscrição: Jesus Maria.

Deram-lhe armadura como a dos cavaleiros porta-estandartes, e cavalo preto.

A 30 de Abril de 1429 forçava os entrincheiramentos de Orleães, cavalgando seu fogoso corcel, à frente de seis mil guerreiros e escoltada por ilustres chefes, entre os quais o cavaleiro de la Hire, os marechais de Santo Severo e de Rayz, e o almirante de Culan.

Dentro de três meses fez levantar o cêrco de Orleães e sagrou Carlos VII em Reims.

Coberta de louros, queria, por conselho de seus «guias», como chamava às visões de Miguel, Catarina e Margarida, tornar aos seus penates em Domremi. Deteve-a, porém, o rei, que, covarde e supersticioso, só julgava segura a coroa, enquanto amparada pela heroína de apenas 18 anos.

Joana, ferida no cêrco de París, ficou prisioneira no de Compiègne, em 1430. João de Luxemburgo, general dos borgonheses, entregou-a ao bispo de Beauvais, Pedro Cauchon, mediante 10 mil libras, transacção negociada com o duque de Borgonha, Felipe o Bom.

«Em Paris, escreve Lachatre, os padres, que estavam todos vendidos aos ingleses, queimaram fogos, de alegria, e cantaram um *Te-Deum* na basílica de Nossa Senhora, em regozijo do cativo de Joana. Os membros da Universidade, tão grande era a influência do clero, dirigiram representações a Felipe o Bom, e persuadiram-no de que a fé estaria em perigo, se a donzela não fôsse condenada ao suplício do fogo...»

Conduzida a Ruão, encerram-na na Tôrre do Castelo, presa em uma gaiola de ferro.

Assim encarcerada, era torturada, submetida a impiedosos interrogatórios, e, ainda, os soldados, como bêstas, tentaram contra o seu pudor. Joana quis suicidar-se, atirando-se de uma janela, e várias vezes procurou fugir.

O tribunal, para o seu julgamento, foi composto de seis doutores da Universidade de Paris, do vigário da Inquisição, de três notários apostólicos, do promotor João d'Estivet e do bispo Pedro Cauchon.

No decorrer do processo, os algozes da vencedora de Orleães serviram-se de todos os meios para a condenarem.

Joana apelou para um concílio geral, invocando a autoridade do papa Eugênio IV. O bispo Cauchon não atende. «O papa está longe, disse; e, daí, o papa, refúgio dos inocentes, não foi também esbofeteado?»

No entanto, diz Cantú, «Joana nutria o mais vivo desejo de recuperar a liberdade e de salvar a vida. Não podia capacitar-se de que Deus a abandonara, e não praticasse um milagre para a libertar. Apresentaram-lhe um escrito, que lhe disseram ser a promessa de nunca mais usar armas, nem vestir-se com trajos de homem, assinando de cruz (pois não sabia ler nem escrever): era, porém, uma confissão, em que se reconhecia herética, cismática, idólatra e feiticeira».

Em consequência dessa declaração, que importava numa abjuração, o bispo Cauchon limitou-se, a princípio, a condená-la a prisão perpétua, «a pão de dor e água de angústia». Sob o pretêsto, porém, de

haver a donzela adotado, de novo, o traje de homem, em menosprêzo dos seus compromissos, condenaram-na ao fogo, a 28 de Maio de 1431, como herética, mentirosa, feiticeira, bruxa, cismática, blasfema e relapsa. Dois dias depois, consumava-se a indigna sentença.

«Em 30 de Maio de 1431, diz Lachatre, levantou-se uma fogueira na praça do mercado velho de Ruão, em frente a dois estrados destinados aos juizes e aos bispos. Ao meio dia, Joana safu da prisão acompanhada do bedel Massieu e de um padre chamado Martinho, encarregados ambos de a conformarem ao suplício, e tomou lugar num carro, tôda vestida de preto e tendo na cabeça a mitra da inquisição, na qual estavam escritas as palavras—apóstata, herética e feiticeira.»

Chegada ao lugar do suplício, leu o bispo de Beauvais, em voz alta, a sentença que a condenava a ser queimada viva, enquanto o padre Martinho, dando à vítima um crucifixo, a ajudava a subir à fogueira.

Nicolau Midi prègou um sermão nesse lúgubre momento sôbre o texto: «Quando um membro sofre, os outros sofrem também». Disse que a Igreja havia perdoado uma vez, a Joana, os seus erros, porém que entendia não dever mais defendê-la, e a repelia de seu seio. Concluiu com estas palavras: «Ide em paz, Joana; a Igreja não pode mais defender-vos, e entrega-vos à justiça temporal». *Nous vous livrons aux puissances de ce monde.*

Enquanto isso, Joana pedia ao povo que se lembrasse dela em suas orações, e aos padres que dissessem missa em sua intenção.

«O bispo Cauchon, escreve ainda Lachatre, desceu da sua cadeira, andou em redor da fogueira, e foi o próprio a lançar-lhe fogo!»

Acabou assim a Donzela de Orleães, a maior glória da França na Guerra dos Cem Anos. As suas cinzas foram lançadas ao Sena, para que o povo lhe não dedicasse a sua veneração.

Vinte e cinco anos depois, a pedido de Carlos VII, e com autorização do papa Calixto III, foi o seu processo revisto e declarado nulo e iníquo.

Em 1869, reencetaram-se as investigações históricas sôbre Joana d'Arc. Um decreto do papa Leão XIII mais tarde lhe atribuía o título de «venerável».

Vem após o processo de beatificação, que demorou 15 anos. A 18 de Abril de 1909, por decreto de Pio X, Joana foi solenemente proclamada «bem-aventurada».

A 16 de Maio de 1920 foi a canonização. Bento XV reza à heróína da Guerra dos Cem Anos e decreta seja ela celebrada como santa, todos os anos, por uma piedosa devoção.
